

## **PROJETO DE LEI Nº 58, DE 2013**

Dispõe sobre a exigência de fundamentação na notificação de decisão e resultado de recurso contra a penalidade por infração à legislação de trânsito, de competência estadual, e dá outras providências.

### **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:**

Artigo 1º. A notificação de decisão e resultado de recurso contra a penalidade por infração à legislação de trânsito, de competência estadual, deverá conter os fundamentos que levaram o julgador a decidir por determinado resultado.

Artigo 2º. O órgão estadual responsável pela autuação deverá, ainda, disponibilizar a decisão, na íntegra, em sítio institucional na rede mundial de computadores – Internet.

Artigo 3º. Fica assegurada aos condutores a possibilidade de protocolo do recurso diretamente pela rede mundial de computadores – Internet, sempre mediante certificação digital.

Artigo 4º. Ulterior disposição regulamentar desta Lei definirá o detalhamento técnico de sua execução.

Artigo 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º. Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

Inicialmente, verifica-se que conforme o artigo 24, inciso XI, da Constituição Federal, competem aos Estados legislar sobre assuntos referentes à procedimentos em matéria processual. Assim, com base nas premissas aqui emitidas, também cabe ao Estado legislar sobre a matéria que ora se discute.

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN-SP, tem como uma de suas atribuições aplicar e julgar as penalidades por infrações de competência

estadual, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar.

É importante ressaltar, todavia, que outras repartições estaduais também podem realizar autuações. Como exemplo, podemos citar a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), o DER (Departamento de Estradas e Rodagem) e a DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S.A).

Ocorre que a notificação de decisão e resultado de recurso contra a penalidade por infração à legislação de trânsito é encaminhada ao condutor apenas com a indicação de deferimento ou não do recurso. Os fundamentos da decisão não são encaminhados, impedindo que o condutor saiba de pronto, por exemplo, porque teve sua defesa indeferida.

Acreditamos que esse procedimento ofende os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Ora, somente com amplo acesso aos fundamentos e às razões que levaram o julgador a decidir por determinado resultado, pode-se garantir o cumprimento do mandamento constitucional. Nessa linha, a Administração Pública tem o dever de disponibilizar tais informações de maneira simples e com transparência.

Até porque, sabemos que são nulas todas as decisões administrativas que não analisam as questões fáticas apresentadas na defesa. Tal nulidade poderá, inclusive, acarretar a invalidação do auto de infração e multa. Quanto a essa questão, o Poder Judiciário já se manifestou:

*“ADMINISTRATIVO- RECURSO ADMINISTRATIVO – MOTIVAÇÃO – Os atos administrativos que decidam recursos devem ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos (art. 50, V, da Lei nº 9.784/99, que regulamenta os procedimentos administrativos). Como, na espécie, a decisão administrativa que aprecia o recurso, mantendo multa em valor elevado, não contém qualquer motivação é ela desprovida de eficácia. Segurança Concedida. Sentença Mantida”. (APC 2002.01.1.016109-2, Quarta Turma Cível, Rel. Des. Mário Machado, DJU 08.10.2003, pág. 103).*

*“CONSTITUCIONAL – ADMINISTRATIVO – PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE – REJEIÇÃO – ATO ADMINISTRATIVO DESMOTIVADO – INVALIDADE – SENTENÇA CONFIRMADA – REMESSA OFICIAL IMPROVIDA.*

*1 - Exibida a prova do ato, que se tem por inválido, não há falar em inadmissibilidade da ação mandamental. 2 - A validade de decisão administrativa reclama fundamentação expressa e pertinente, em obséquio aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa. 3 - Remessa Oficial Improvida”. (RMO 2001.01.1.088023-9, Quarta Turma Cível, Rel. Des. Estevam Maia, DJU 02.04.2003, pág. 60).*

*MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA DE TRÂNSITO. PENALIDADE DE APREENSÃO E SUSPENSÃO DA CNH. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO E DE SUA VÁLIDA INTIMAÇÃO. NULIDADE.*

*Os atos praticados pelo DETRAN, notadamente os restritivos de direitos, devem ser necessariamente motivados, sob pena de nulidade, nos termos do art. 265 do Código de Trânsito Brasileiro. Por consequência, é nula a decisão que aplica penalidade de suspensão do direito de dirigir sem levar em conta as razões da defesa, sem fundamentar a decisão e ainda sem intimar validamente o motorista. (APC/RMO 2001 01 1 023900-6. Quinta Turma Cível. Rel. Des. Roberval Casemiro Belinati. DJU 12/02/2004 Pág. : 53*

Além disso, a propositura prevê que o órgão estadual responsável pela autuação deverá, ainda, disponibilizar a decisão, na íntegra, em sítio institucional na rede mundial de computadores. Nessa linha, cumpre-nos citar a experiência do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná<sup>1</sup>, que já disponibiliza os fundamentos das decisões pela Internet.

Finalmente, o projeto dispõe que é assegurada aos condutores a possibilidade de protocolo do recurso diretamente pela rede mundial de computadores, sempre mediante certificação digital. O Departamento Estadual de Trânsito do Rio de Janeiro<sup>2</sup> já recebe protocolos de recurso via Internet. Nessa linha, propomos a adoção de proposta similar, com o uso do certificado digital, mecanismo eletrônico que garante proteção à troca virtual de documentos, mensagens e dados, com validade jurídica.

Portanto, diante de todo o exposto e, considerando o legítimo interesse público da proposição, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares, na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 20-2-2013.

**a) André Soares - DEM**

---

<sup>1</sup> Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. Consulta de Processo de Recurso de Multas. Disponível em: [http://www.detrان.pr.gov.br/modules/consultas\\_externas/index.php?url=http://www1.detrان.pr.gov.br/detrان\\_novo/consultas/multas/proc\\_rec\\_multas\\_form.html](http://www.detrان.pr.gov.br/modules/consultas_externas/index.php?url=http://www1.detrان.pr.gov.br/detrان_novo/consultas/multas/proc_rec_multas_form.html)

<sup>2</sup> Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro. Sistema de Monitoramento de Infrações de Trânsito. Disponível em: <http://gaide.detrان.rj.gov.br:8080/SMITWEB/acessoTool>.